Processo nº 173/2006

(Autos de recurso em matéria civil)

Data: 11.05.2006

Assuntos: Título executivo.

Juros de mora.

SUMÁRIO

Quando em sentença de condenação não se tiver condenado no pagamento de juros, não pode o exequente, em acção executiva (e com base em tal sentença), pedir o seu pagamento.

O relator,

José Maria Dias Azedo

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. A, propôs acção executiva para pagamento de quantia certa com processo sumário contra, B e sua mulher C, reclamando o pagamento da quantia total de HKD\$4,591,873.75, acrescida de juros vincendos à taxa legal até efectivo e integral pagamento.

Alegou, em síntese, que:

- por decisão transitada em julgado proferida nos autos de acção especial de despejo n^o CV2-01-0004-CPE, foram os executados

condenados a pagar à exequente a título de indemnização, “uma quantia mensal de HKD\$101,200.00 (correspondente ao dobro da renda mensal convencionada) por todo o tempo que decorrer a partir de 15 de Setembro de 2001 até à efectiva entrega dos locados”; e que,

- a entrega efectiva dos locados só veio a ocorrer em 06.05.2005, estando assim em dívida as rendas e quantias indemnizatórias relativas a 44 meses, no montante de HKD\$4,452,800.00, à qual acrescem os juros vencidos à taxa legal desde 23.02.2005, data da notificação dos executados da decisão judicial referida, os quais atingem a quantia de MOP\$143,245.97, e que, no total corresponde à quantia exequenda de MOP\$4,591,873.75; (cfr. fls. 35 e 38).

*

Conclusos os autos ao Mm^o Juiz do T.J.B., decidiu o mesmo “indeferir parcialmente o requerimento inicial”, determinando que “a execução prossiga apenas para pagamento da quantia de HKD\$101,200.00 desde 15 de Setembro de 2001 até 6 de Maio de 2005”;

(cfr. fls. 39 a 40).

*

Inconformada, a exequente recorreu oferecendo as conclusões seguintes:

- “1. *Vem o presente recurso interposto do despacho de fls. 44 e 45, que (i) indeferiu parcialmente o requerimento inicial e (ii) determinou que a execução prossiga apenas para o pagamento da quantia fixada no Acórdão (HKD\$101.200,00 desde 15 de Setembro de 2001 até 6 de Maio de 2005).*
2. *A questão que se suscita consiste em saber se era ou não de indeferir liminarmente o requerimento executivo na parte em que se peticiona juros de mora, sendo certo que na acção declarativa estes não foram peticionados.*
3. *Dúvidas não restam que a quantia arbitrada não deve vencer juros “entre a data da notificação da decisão que já não admite recurso e a data da entrega dos locados”, pois durante esse lapso de tempo, “o dobro da renda constitui a sanção pela mora, de acordo com o disposto no artº 1027º do C.*

Civil”.

4. *Em conformidade, e para que não houvesse cumulação de sanções, a ora Recorrente requereu, em 30 de Setembro de 2005, a redução do pedido formulado no seu requerimento inicial de 1 de Setembro de 2005, de pagamento de juros de mora à taxa legal sobre a quantia arbitrada.*
5. *Ora, com a notificação do Acórdão do Tribunal de Segunda Instância, transitado em julgado em 10 de Março de 2005, foram os Réus interpelados judicialmente para cumprir a obrigação, pelo que, a partir da referida notificação do Acórdão, aqueles constituiram-se em mora, atento o disposto no n.º 1 do art.º 794.º do Código Civil (doravante “CC”) segundo o qual “o devedor só fica constituído em mora depois de ter sido judicial ou extrajudicialmente interpelado para cumprir”.*
6. *Dispõe o artigo 793.º do CC que “a simples mora constitui o devedor na obrigação de reparar os danos causados ao credor”, sendo certo que nas obrigações pecuniárias, nos termos do n.º 1 do artigo 795.º do CC, “a indemnização corresponde aos juros a contar do dia da constituição em*

mora”.

7. *A tese restritiva assumida pela doutrina e jurisprudência que apresenta como único argumento o teor literal do artigo 12º do CPC de Macau, desligando-se por completo de outros elementos de interpretação, não é a mais acertada.*
8. *ANTÓNIO ABRANTES GERALDES, elaborou um estudo sobre esta questão e não tem dúvidas que não é necessário que conste da parte decisória da sentença condenatória a referência expressa aos juros de mora para que a mesma seja exequível quanto a estes (cfr. in “Exequibilidade da sentença condenatória quanto aos juros de mora”, CJSTJ, Ano IX, 2001, p.55).*
9. *Da interpretação das disposições legais com interesse para a resolução da questão, salientam-se as seguintes ideias mestras:*
10. *O artigo 677º, alíneas b) e c) do CPC de Macau “reportando-se a títulos executivos desprovidos da solenidade que rodeia as sentenças condenatórias, confere exequibilidade aos documentos de cujo conteúdo resulte a constituição ou o reconhecimento de obrigações pecuniárias,*

pelo que o recurso supletivo às normas reguladores da mora no cumprimento suporta, com o necessário grau de segurança e de certeza, a extensão da exequibilidades aos juros de mora”.

11. *“Nenhum motivo existe para atribuir a uma sentença condenatória um âmbito de exequibilidade mais restrito do que estabelecido para outros documentos, uma vez que a solenidade que rodeia a sua emissão garante com o grau de suficiência bastante os requisitos da certeza e da segurança que o devem acompanhar”.*
12. *“Também não existe motivo algum para privilegiar as sentenças proferidas em acção constitutiva, extraíndo delas uma eficácia executiva quanto a obrigações implícitas, ao mesmo tempo que é negada em situações em que a constituição e a quantificação da obrigação são mais evidentes e em que as divergências são de mais difícil verificação”.*
13. *“Na generalidade dos casos a imposição ao credor do recurso a uma nova acção declarativa corresponde a uma exigência de todo injustificada, pois que, afinal, toda a*

matéria com interesse se encontra já suficientemente comprovada”.

14. *“A ampliação aos juros de mora da força executiva conferida à sentença traz ainda vantagens em termos de celeridade e eficácia dos instrumentos processuais, permitindo economizar, sem riscos de insegurança, meios e procedimentos processuais”.*
15. *No ordenamento jurídico de Macau esta questão ainda não foi clarificada por qualquer intervenção legislativa, como sucedeu em Portugal, no entanto, face ao conjunto de elementos de interpretação derivados, nomeadamente os artigos 793º, 794º e 795º, todos do CC, parece-nos que como refere ANTÓNIO SANTOS ABRANTES GERALDES in ob. cit. “Tratando-se de sentença condenatória no pagamento (imediato) de um determinado capital, a partir do momento em que a condenação se torne definitiva, a obrigação de juros emerge da simples conjugação entre o teor da sentença e as normas dos artºs 805º e 806º do CC” (correspondentes aos artigos 794º e 796º do CC de Macau).*
14. *Assim, porque a dívida exequenda era exigível e exequível*

desde, pelo menos, 23 de Fevereiro de 2004, tal ordem judicial de pagamento, não sendo cumprida, determinou a entrada em mora dos Executados.

- 16. Porém, no caso concreto, a mora do devedor por ilícito incumprimento de decisão judicial começa a contar apenas de 6 de Maio de 2005, data da efectiva entrega dos locados à Autora, ora Recorrente.*
- 18. Pois, desde essa data, os Réus, sabem não só que têm a obrigação de pagar a quantia a que foram condenados, mas ainda que, se não o fizerem, continuam em mora e na obrigação de indemnizar a ora Recorrente.*
- 19. Resultando inequivocamente do Acórdão condenatório a obrigação imposta aos Réus de pagarem à Autora, ora Recorrente, uma quantia determinada em dinheiro, não o tendo feito, deve considerar-se abrangida pelo título executivo, a obrigação de pagamento dos respectivos juros de mora à taxa legal.*
- 20. Caso contrário, depois da data da efectiva entrega dos locados à Autora, deixaria de haver lugar a qualquer sanção pela mora no cumprimento da referida obrigação.*

21. *Pois, seria injusto premiar o incumpridor de decisão judicial com os frutos do dinheiro que deveria pagar ao credor.*
22. *Por todo o exposto, não existem quaisquer divergências entre o título executivo e o pedido”; (cfr. fls. 2 a 14).*

*

Sem contra-alegações dos executados, vieram os autos a este T.S.I..

*

Cumprido decidir.

Fundamentação

2. Tal como afirma a exequente ora recorrente, a questão que se coloca consiste em saber se adequada foi a decisão de indeferimento liminar do requerimento executivo na parte em que se peticionavam juros de mora.

Certo sendo que a decisão judicial apresentada como título executivo era omissa quanto aos ditos juros, entende a recorrente que tal facto não a impede de os reclamar em sede da execução que moveu contra os ora recorridos.

Cremos que correcta é a decisão recorrida.

De facto, face à redacção do nº 1 artº 12º do C.P.C.M., onde se prescreve que “a acção executiva tem como base um título, pelo qual se determinam o seu fim e os seus limites”, afigura-se-nos pois que a nenhuma censura merece a referida decisão.

Tal é aliás o que este T.S.I. já teve oportunidade de afirmar no acórdão de 23.05.2002 do mesmo relator deste, tirado no Processo nº 13/2002, onde perante idêntica questão se consignou que “quando em sentença de condenação não se tiver condenado no pagamento de juros, não pode o exequente, em acção executiva (e com base em tal sentença), pedir o seu pagamento”; (no mesmo sentido, cfr., v.g., Rodrigues Bastos in “Notas ao C.P.C.”, Vol. I, 3ª ed., pág. 100, e, v.g., o Ac. do S.T.J. de 19.01.84 in B.M.J. 333º-386; da R.C. de 18.12.88, in B.M.J. 382º-545, da R.C. de 10.12.92

in B.M.J. 422º-437; do S.T.J. de 19.11.95, de 02.06.1999 e de 20.02.2001 in, B.M.J. 451º-333, C.J./S.T.J., 1999, 2º-131 e C.J./S.T.J., 2001, 1º, 1º-131 respectivamente, e que aqui se citam a título de referência).

Com efeito, atenta a redacção do citado artº 12º, impõe-se concluir que a extensão do pedido se encontra no título executivo, dele emergindo o direito do credor e a correspectiva obrigação do devedor, importando, assim, que entre a causa de pedir e o dito título, exista harmonia ou conformidade.

Parafraseando o Prof. A. dos Reis, “Desde que a execução não é conforme ao título, na parte em que existe a divergência, tudo se passa como se não houvesse título: nessa parte a execução não encontra apoio no título”; (in, C.P.C. Anot. Vol. I, 3ª ed. pág. 151).

Para além disto, dúvidas não havendo que os juros moratórios constituem a indemnização a pagar pelo atraso ou retardamento no cumprimento da obrigação, mostra-se também de ponderar no estatuído no artº 555º do C.C.M., onde se estatui que “desde que se constitui, o crédito de juros não fica necessariamente dependente do crédito principal,

podendo qualquer deles ser cedido ou extinguir-se sem o outro”.

Não se nega que a solução a que se chega é passível de ser interpretada como incentivadora de (indesejáveis) atrasos no cumprimento de obrigações, o que, eventualmente, terá levado à alteração introduzida ao artº 46º do C.P.C. português pelo D.L. nº 38/2003 de 08.03, consagrando-se agora que “consideram-se abrangidos pelo título executivo os juros de mora, à taxa legal, da obrigação dele constante.

Porém, importa ponderar que tal alteração não foi estendida aos “processos pendentes”, e que, tendo-se também no C.P.C.M. introduzido alterações na matéria respeitante ao título executivo, (com considerável aumento destes), entendeu o legislador local manter a redacção do preceito referente à “função do título executivo”, anteriormente constante do artº 45º do C.P.C. de 1961, não nos parecendo assim de concluir que teve a intenção de alterar o seu alcance, em oposição ao entendimento, no mínimo, maioritário, que na altura existia sobre a questão.

Posto isto, improcede o recurso.

Decisão

3. Nos termos e fundamentos expostos, em conferência, acordam negar provimento ao recurso, confirmando-se a decisão recorrida.

Custas pela recorrente.

Macau, aos 11 de Maio de 2006

José Maria Dias Azedo (Relator)

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong